



PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO XVIII — N.º 181 — SÃO PAULO — OUTUBRO DE 1973 — RED. R. LIBERO BADARÓ, 488 - 5.º ANDAR - S/50 — CAIXA POSTAL 6248 - PREÇO Cr\$ 1,00

PAZ, SOCIALISMO, INDEPENDENCIA

Pela importância das afirmações feitas e pela clareza da tomada de posição que as mesmas envolviam, a Conferência de Imprensa convocada pela Comissão Democrática Eleitoral de Lisboa após a abertura da campanha

"eleitoral" constituiu um acto político da maior significação. O simples facto de a reunião só ter sido autorizada à última hora e ter começado com a enumeração das restrições impostas pelas autoridades fascistas ilumina bem a

atmosfera sufocante em que se desenvolve a campanha. Caetano foi, aliás, mais longe do que Salazar ao baixar um decreto lei que estabelece sanções para quem advogar o abstencionismo. Simultaneamente a PIDE-DGS está actuando brutalmente para impedir que o problema da guerra colonial seja discutido nos comícios da oposição democrática. Tudo isso não impediu que os oradores da CDE logo na primeira sessão, exigissem a imediata abertura de negociações com os movimentos de libertação africanos das colónias portuguesas.

O resumo da Conferência de Imprensa, que abaixo publicamos foi extraído dos jornais:

"É opinião da CDE de Lisboa que, num país onde não existe democracia política, nem qualquer tipo de liberdade de expressão e associação, não se pode conceber que se realizem eleições mesmo quando o processo eleitoral não é viciado à partida. Em Portugal, não só não estão preenchidas quaisquer condições de liberdade como todo o processo eleitoral é falsificado em todos os seus momentos, através das mais estritas limitações e variadas formas de repressão. Apesar de todas as limitações e do clima de violência, a Oposição Democrática, em Lisboa, decidiu intervir neste período numa tentativa de forçar o debate público das questões que mais gravemente afetam o povo português, despertando nos mais variados setores da população a consciência dos problemas e uma disposição para a luta pelos seus direitos.

Sendo pedida por um jornalista presente a opinião da CDE de Lisboa acerca do facto de em nove distritos os democratas não se terem decidido pela intervenção, foi referido que o Movimento Democrático não está organizado à escala nacional mas por Comissões Distritais com plena autonomia e que deverão ser as condições específicas de cada distrito que determinem em cada caso a tomada de tal decisão.

As linhas políticas da CDE de Lisboa definem claramente a sua opção socialista. A luta básica da CDE dirige-se contra o capitalismo. A fase atual do desenvolvimento do capitalismo português exige que a luta da Oposição Democrática se concentre sobre o a concentração capitalista tem poder dos monopólios. Com efeito vindo a acentuar-se muito rapidamente nos últimos anos, pela proteção dada aos grandes grupos nacionais e estrangeiros que funcionam em Portugal. Algumas das formas concretas da proteção aos



A imagem mostra um aspeto do primeiro comício promovido pela CDE do Distrito de Lisboa no Teatro Carlos Manuel, de Sintra. Um dos muitos comícios interrompidos pela Polícia Fascista. Os esbirros da Pide e do PSP puderam encerrar comícios democráticos mais foram incapazes de sufocar os clamores contra a guerra Colonial.

monopólios são a repressão que se exerce sobre o trabalhadores e as associações de classe, a impossibilidade da luta sindical livre, a negação do direito à greve, o que contribui para o agravamento da dureza da exploração do trabalho. Entretanto, avoluma-se a emigração, aumenta o custo de vida, afrouxa o ritmo de desenvolvimento, baixa a produção agrícola, cresce o deficit da balança comercial, aumenta o atraso da economia nacional face aos outros países europeus, acentua-se o domínio dos grandes grupos sobre a economia nacional, que por outro lado sofre o peso crescente das despesas militares. O agravamento da situação das massas trabalhadoras, dos pequenos empresarios, da população em geral, contrasta grandemente com o visível aumento dos lucros dos grupos monopolistas.

Em regime de opressão social e dominação monopolista não são exequíveis, por exemplo, quaisquer propostas. A tão propagandeada "reforma do ensino", que nos seus raros aspectos positivos é apenas um regresso a experiencias já iniciadas e que o Estado Novo destruiu, se alarga a escolaridade obrigatória (aliás impraticável), faz um ciclo preparatório gratuito que custa 1.000 escudos no primeiro ano em livros e material, orienta as Universidades para a preparação de técnicos, impede a participação livre e activa de alunos e professores na orientação do en-

sino. Entretanto, uma repressão feroz abate-se sobre a Universidade e as associações de classe dos estudantes.

A incondicional abertura do país aos grandes grupos economicos internacionais tem agravado a submissão nacional, dependencia que será reforçada pelo constante apelo aos capitais estrangeiros e pela ligação ao Mercado Comum, forma que a CDE considera como a mais perfeita para a defesa dos grandes grupos internacionais e, logo, contrária aos interesses das classes trabalhadoras. Igualmente contrária aos interesses do povo português é a presença de Portugal na NATO, que arrisca o país no envolvimento em conflitos que não dizem respeito ao povo português e constitui um apoio indispensável para o continuado esforço de guerra".

Guiné - Bissau Proclama a Independencia

A Assembleia Nacional Popular, reunida em Madina Boé, proclamou no dia 24 de Setembro a independencia da Republica da Guiné-Bissau.

Luis Cabral, irmão de Amílcar Cabral, foi eleito presidente do Conselho de Estado, isto é, chefe do Executivo da nova Republica. O governo, intitulado Conselho de Comissários, tem como chefe Francisco Mendes.

Numa clara demonstração de que os planos de Amílcar Cabral sobre a separação de funções entre Estado e Partido estão sendo rigorosamente levados à pratica, Aristides Pereira continuará exclusivamente entregue às suas tarefas de importancia transcendental de secretario geral do PAIGC.

Como era de esperar, a Republica da Guiné Bissau foi imediatamente reconhecida como estado soberano por várias nações amigas. Três dias depois do anuncio oficial da independencia, 12 países já haviam reconhecido a nova Republica. No fim de setembro o numero de reconhecimentos atingia quase duas dezenas e em meados de outubro subiu a casa dos 70. A Siria foi o primeiro Estado não africano a reconhecer a Guiné-Bissau; na Europa a Jugoslavia e a Romania fizeram a precedencia, mas a URSS foi um dos primeiros a enviar calorosa mensagem de felicitações a Luis Cabral. Outros países que reconheceram a nova Republica: Argélia, Egipto, Cuba, Malásia, Tanzania, China, Etiópia, Sudão, Mauritania, Senegal, Níger, Zâmbia, Uganda, Líbia, Chana, Madagascar, Niúria, Panamá, etc.

Os objetivos imediatos da Republica da Guiné-Bissau são a criação de uma moeda nacional, o reconhecimento diplomático pela comunidade de nações e o ingresso na ONU. O presidente Leopold Senghor, do Senegal, esclareceu aliás, que já havia dado instruções ao ministro das Relações Exteriores de seu país, para pedir oficialmente a admissão da Guiné-Bissau nas Nações Unidas. Os observadores internacionais admitem que a solicitação não se concretizou ainda porque a crise no Oriente Médio polarizou as atenções na Assembleia Geral e no Conselho de Segurança. Mas as ridiculas declarações de Marcello Caetano e o histórico discurso que o ministro Ruy Patrício proferiu nas Nações Unidas vieram confirmar o óbvio: o fascismo português está apavorado com a perspectiva do debate que o pedido de admissão da Guiné provocará na Assembleia Geral. E teme ainda mais o resultado da votação...

Como se esperava, as primeiras iniciativas da Republica da Guiné-Bissau, após a independencia, confirmaram a vocação do seu povo para resolver pacificamente os complexos problemas que enfrenta. Em entrevista ao jornal argelino "El Moudjahid", Aristides Pereira manifestou a sua esperança na abertura de negociações que levem à paz. "Admitimos que o governo de Portugal disse - reconhecerá talvez, num momento de lucidez, que esse é

o melhor caminho a seguir. Pela nossa parte, estamos dispostos a discutir uma solução".

Marcello Caetano e sua camarilha responderam a esse digno apelo ao dialogo e à paz com torrentes de injurias contra os patriotas da Republica da Guiné-Bissau.

A impressionante cobertura que a chamada grande imprensa internacional deu à proclamação da independencia mostrou claramente que a opinião publica mundial recebeu com a maior simpatia a noticia da constituição do novo Estado africano.

No Brasil vários jornais dedicaram artigos especiais ao acontecimento. O fato de alguns canais de televisão terem exibido um documentário sobre a proclamação da independencia, nas florestas de Madina-Boé, contribuiu para aumentar o interesse em torno da luta travada pelos movimentos libertadores na Africa, transformando a Guiné-Bissau em assunto do dia.

Em Portugal, a proclamação da independencia foi noticiada laconicamente pela imprensa, mas alguns jornais democraticos deixaram transparecer na escolha das palavras - as referencias à Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau irritaram o governo - a evidencia; a solidariedade do povo português à nova Republica.

Em São Paulo, o conselho de Redação de "Portugal Democratico", logo que tomou conhecimento da proclamação da independencia, enviou telegrama a Luis Cabral, presidente do Conselho de Estado, felicitando-o e ao povo da Guiné-Bissau pelo seu acto de soberania e manifestando a certeza do que os altos objetivos perseguidos pelo PAIGC desde 1956 serão em breve atingidos.

Mundo condena colonialismo

Historicamente, a proclamação da independencia da Guiné-Bissau foi um funeral antecipado do colonialismo português. A guerra prossegue e tanto em Angola e Moçambique como na própria Guiné-Bissau africanos e portugueses continuam morrendo em consequencia da politica de traição nacional e genocidio de um Estado fascista cuja existencia e fins inspiram o repudio universal. Mas o desfecho não oferece mais duvidas.

O debate travado no dia 22 de outubro na Assembleia Geral das Nações Unidas e a votação que se lhe seguiu confirmaram que o colonialismo português tem os seus dias contados.

O governo de Caetano, apoiado pelos Estados Unidos, fez o possivel e o impossivel para impedir que a questão do reconhecimento da Republica da Guiné Bissau fosse inscrita na agenda da Assembleia. Mas sofreu uma derrota humilhante. Por 80 votos contra sete, o plenário pronunciou-se pela inclusão da proposta da Comissão de Descolonização que acusa Portugal de ocupação ilegal de territorios da jovem republica e de agressão contra o seu povo.

Essa votação é esclarecedora do rumo que tomará a discussão sobre o problema do ingresso na ONU da Guiné-Bissau como Estado soberano. Resta apenas legalizar internacionalmente um fato consumado. Por isso mesmo, nesta hora em que a comunidade das nações se prepara para receber em seu seio um povo heroico que conquistou com o seu sangue o direito de construir o proprio futuro, parece-nos importante recordar que o povo português, desafiando todas as proibições, manifestou corajosamente ao longo da chamada "campanha eleitoral" a sua irrestrita solidariedade à nova Republica africana e a sua repulsa pelo colonialismo.

O memorial que publicamos nesta edição, enviado à ONU pelas organizações democraticas portuguesas da America, vale por uma reafirmação de que essa solidariedade tem raizes no tempo. Há dez anos que os antifascistas portugueses deste Continente, interpretando os sentimentos do povo de Portugal, vinham condenando o colonialismo e sugerindo medidas semelhantes às que agora contam com a aprovação da mais alta organização mundial.

Nesta Edição

- Memorando à ONU — pag 4
- 05 de Outubro em São Paulo pag 2
- Mensagem da Oposição Democrática pag. 3

Portugueses da America pedem reconhecimento da Guiné-Bissau

Publicamos abaixo o texto do Memorial enviado à XXVIII Assembleia Geral das Nações Unidas pelas organizações democráticas portuguesas de seis países do Continente Americano:

1 — O povo português está envolvido há 12 anos numa guerra colonial. Esse conflito, que traduz uma política de agressão e genocídio, foi iniciado pelo governo fascista de Salazar e prosseguido pelo atual governo fascista de Marcelo Caetano.

2 — O povo português tem manifestado por todos os meios os seus anseios — greves, manifestações nos quartéis e nas ruas, deserções, protestos contra embarque de tropas, sabotagens, destruição de aviões e helicópteros em bases aéreas — o seu repúdio por essa guerra monstruosa, condenada pela Assembleia Geral das Nações Unidas e pelo Conselho de Segurança.

A ditadura fascista de Lisboa respondeu, entretanto, ao clamor universal de protestos desencadeando a repressão interna e ampliando a escalada militar nas colônias africanas. O assassinio de Eduardo Mondlane, presidente da Frente de Libertação de Moçambique, o assassinio de Amílcar Cabral, secretário geral do Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo Verde, e a frustrada tentativa de assassinio, em janeiro, de Agostinho Neto, presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola demonstram com clareza que o governo de Marcelo Caetano, apoiado por seus aliados, continua disposto a recorrer aos processos mais bárbaros e criminosos para retardar a independência dos territórios que ocupa, ilegalmente, em África. A invasão da República da Guiné em novembro de 1970, e os ataques realizados por forças terrestres e aéreas portuguesas contra aldeias das Repúblicas de Zâmbia, do Congo, do Senegal, do Zaire e de Tanzânia comprovam a existência, na África, de uma situação que constitui uma ameaça real e permanente à Paz Mundial. Simultaneamente o recurso cada vez mais sistemático à guerra química e a realização de chacinas como as de William, Mucumbura e dezenas de outras — condenadas pelo Papa Paulo VI e pela humanidade inteira — demonstram que o fascismo colonialista português não hesitará em levar ainda mais longe a sua política de genocídio praticando crimes contra a humanidade que excedem tudo o que no género realizou o III Reich.

3 — A Nação portuguesa está arruinada pela política de traição nacional de Marcelo Caetano. Desde 1961, um milhão de jovens passaram pelos campos de batalha africanos. Mais de 4,5 bilhões de dólares foram delapidados nessas guerras que apenas beneficiam a cúpula fascista do Estado português e um punhado de monopólios portugueses e internacionais. O saldo é terrível. Mais de cem mil africanos foram massacrados; centenas de milha-

res exilaram-se em países vizinhos e mais de um milhão acham-se concentrados em "aldeamentos estratégicos". Portugal despovoou-se para fugir à guerra mais de um milhão de jovens emigraram nos últimos 12 anos.

Ante os fatos expostos, os signatários, democratas portugueses radicados no Continente Americano — no qual vivem 2 milhões de portugueses — renovam seu apoio à Resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 14 de dezembro de 1960, sobre a outorga da independência aos países e povos coloniais e a todas as Resoluções posteriores, aprovadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Segurança condenando o colonialismo português. E, para que os altos objetivos em vista sejam atingidos, sugerem, interpretando os sentimentos democráticos do povo de Portugal:

a) Que a Assembleia Geral, como primeira medida para o restabelecimento da paz em África, renove a sua exigência de uma imediata e incondicional retirada de todas as forças militares que o governo português mantém em An-

gola, na Guiné-Bissau, em Moçambique e Cabo Verde, estimadas em 150.000 homens;

b) Que todos os Estados membros das Nações Unidas que ainda não o fizeram, reconheçam como Estado soberano a República da Guiné-Bissau cuja declaração de independência suscitou a imediata solidariedade do povo de Portugal, muito embora o governo de Marcelo Caetano impeça a nação portuguesa de trazer a esta Assembleia a sua repulsa pelo colonialismo;

c) Que a Assembleia Geral condene a sustentação econômica e militar que os governos dos Estados Unidos, do Reino Unido, da França e da República escarvocrata da África do Sul continuam prestando ao governo colonialista de Lisboa;

d) Que outros Estados membros da ONU, sigam o exemplo da Suécia, da Noruega, da Dinamarca, da Jamaica e dos países socialistas, oferecendo, de acordo com a Resolução de 2 de novembro de 1972, da XXVII Assembleia Geral, "assistência

moral e material a todos aqueles que lutam pela liberdade nos territórios africanos e àqueles que vivem sob dominação estrangeira".

Outubro de 1973

O primeiro signatário deste Memorial foi o prof. Ruy Luis Gomes, ex-candidato das forças democráticas portuguesas à Presidência da República. Seguidamente foi assinado por representantes das seguintes organizações: Centro Republicano Por-

tuguês de São Paulo, Portugal Democrático, Democratas Portugueses do Rio de Janeiro, União Democrática Portuguesa, Grupo de Portugueses Democratas de Recife do BRASIL; Junta Patriótica Portuguesa, do URUGUAI; Grupo de Portugueses Democratas da ARGENTINA; Junta Patriótica Portuguesa, da VENEZUELA; Portugueses Democratas dos Estados Unidos; e Portuguese Democratic Canadian Association de Toronto e Movimento Português de Montreal, do CANADA.

Pequenas Noticias

Sob a pressão do clamor mundial provocado pela chacina de William, o governo de Caetano demitiu do seu posto o coronel Armindo Martins Vieira, governador do Distrito de Tete.

* A "Pravda", de Moscou, em artigo de Fedor Tarasov, denunciou a intervenção de tropas rodesianas e sul-africanas em Moçambique e comparou os atos de genocídio praticados naquela colônia pelas tropas portuguesas aos piores crimes nazistas.

* Segundo o "Daily News" de Tanzânia, a FRELIMO abateu mais quatro aviões militares portugueses em Moçambique, três dos quais eram bombardeiros médios.

O jornal católico "Avenire", de Milão, publicou novos depoimentos sobre atrocidades cometidas pelo exercito colonialista português na Guiné-Bissau. Uma vila de 1500 habitantes, Sambasilate, na margem do Geba, foi incendiada e totalmente destruída no início da guerra de libertação.

* O Daily Telegraph, de Londres, dedicou um extenso comentário a fatos relacionados com a expulsão de Angola do jovem Duarte de Bragança, filho do "pretendente ao trono de Portugal". Segundo o diário conservador inglês, o príncipe manteve contactos em Luanda com elementos da oposição democrática portuguesa. A PIDE-DGS não gostou e, depois de o submeter a um interrogatório, despachou-o para Lisboa no primeiro avião.

* Um helicóptero da Gulf Oil foi derrubado em Cabinda pelos combatentes do MPLA. O piloto, um americano, morreu.

* Em Sidney, durante uma conferência em que participaram 120 delegados da Austrália, Nova Zelândia e Nova Guiné foi fundado um comité de solidariedade aos povos que na África Austral lutam contra o colonialismo e o "apartheid". O plenário aprovou uma resolução condenando a passagem pela Austrália de tropas portuguesas destinadas a Timor e decidiu promover uma campanha de boicote a todas as empresas australianas que mantêm negócios com as colônias portuguesas e a África do Sul.

* O governo português adquiriu por 20.359 contos cinco aviões para que os governadores distritais possam deslocar-se comodamente em Angola.

Segundo o jornal britânico "Anti-Apartheid News", a famigerada International Petroleum Company vai realizar importantes investimentos em Moçambique.

* Em Viena, na Austria, foi fundado um comité de solidariedade aos movimentos de libertação africanos. O KSA de Viena enviou já ajuda médica, no valor de milhares de libras à FRELIMO, ao MPLA e ao governo da República da Guiné-Bissau.

* Desde o início de março até 1 de setembro, os combatentes do PAIGC abateram na Guiné-Bissau 21 aviões, entre os quais vários jatos supersônicos FIAT-C-91.

* A Suécia decidiu ampliar sua ajuda aos movimentos de liber-

tação africanos. No ano corrente a República de Guiné-Bissau receberá 3.750.000 dólares e a FRELIMO 1.250.000 dólares.

* Segundo o Neue Zürcher Zeitung, da Suíça, mais de 50% dos adolescentes portugueses entre os 11 e os 14 anos realizam trabalhos remunerados.

* Em Beja está sendo construída a primeira fábrica de aviões de "Portugal". O projeto é financiado e dirigido pela empresa alemã Messerschmidt Werke, de sinistra reputação.

* O chanceler Willy Brandt e o primeiro ministro da Holanda, J. Den Uyl, discutiram largamente o problema do colonialismo português durante a visita que o último fez à Alemanha Federal em Agosto. A revelação partiu do próprio J. Den Uyl durante uma conferência de imprensa na qual justificou a ajuda holandesa ao MPLA, à FRELIMO e ao governo da República da Guiné Bissau.

* Segundo o Instituto Nacional de Estatística 54.084 emigrantes deixaram Portugal em 1972. Oficialmente, apenas 17.800 foram para França. As estatísticas francesas registram, entretanto, no mesmo período, a entrada de 51.926 portugueses, além daqueles que emigraram legalmente.

* Em Setembro dois contratorpedeiros da Marinha dos Estados Unidos, o "Xefina" e o "Fribling" realizaram uma visita de "cortezia" a Lourenço Marques.

* Segundo a revista "Jeune Afrique" metade dos 60.000 soldados e oficiais do exercito de ocupação de Moçambique acha-se no distrito de Tete. Mais de um milhão de moçambicanos foram concentrados em 900 "aldeamentos" estratégicos distribuídos por Tete, Cabo Delgado, Niassa e Beira.

* A revista "Zaire" de Kinshasa comentou em editoria a recusa de Marcelo Caetano em permitir que uma missão das Nações Unidas realize em Moçambique uma investigação para apurar responsabilidades sobre as últimas chacinas.

POTUGAL DESPOVOA - SE

Somos menos. A baixa absoluta da população é a primeira conclusão a tirar dos novos dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, relativos ao recenseamento de 1970. A população passou de 8 889 416 pessoas, em 1960, para 8 663 252, dez anos depois.

Quer a emigração quer as deslocações internas, atingiram de modo muito diverso os diferentes distritos. Assim, enquanto nas regiões de Lisboa, Setúbal, Porto, Aveiro e Braga se registrou aumento da população, em todos os outros distritos se verificou uma acentuada diminuição. O êxodo rural, provocado pelo desequilíbrio económico-social, trouxe para o distrito de Lisboa 200 000 habitantes; no entanto, Lisboa-cidade perdeu 32 000 apresentando em 1970 uma população inferior à de 1950. A população trabalhadora é relegada para a cintura de Lisboa, dado que os seus rendimentos não são conciliáveis com os preços do mercado da habitação.

A população activa é de 2 988 170 pessoas, 34,6 por cento do total, das quais 30 por cento trabalham na agricultura, silvicultura, pecuária e pesca, 0,4 por cento nas indústrias extractivas, 23,4 por cento nas indústrias transformadoras, 7,5 por cento na construção e 32,9 por cento nos serviços.

Os dados do censo revelam ainda que em 1970 havia um défice de 446,5 milhares da população masculina.

(Noticias da Amadora, 1/9/73)



agência TRIÂNGULO de seguros s. a.

SEGUROS DE VIDA EM GRUPO E COLETIVOS DE ACIDENTES PESSOAIS

RUA BARÃO DE ITAPETININGA, 255 (GALERIA CALIFORNIA),
11.º andar, conj. 1.107

Telefones: — 32-4882 e 37-2774

SEGUROS DE INCENDIO SEGUROS EM GERAL

SÃO PAULO

Endereço Telegráfico: — "CAMBRONNE"

PORTE PAGO - DR - SP
AGÊNCIA CENTRAL
AUTORIZAÇÃO N.º 64283
PORTUGAL DEMOCRATICO
R. L. Badaró, 488 - 5.º S. 50 - SP - Brasil